

Escola Família Agrícola: uma resposta alternativa à educação do meio rural

No Brasil, assim como em Goiás, não houve políticas públicas de educação efetivas que viessem atender as reais necessidades dos camponeses (LEITE, 1999). Estes sempre foram marginalizados, deixados à parte, fora de lugar, sem nenhuma participação na elaboração e, muito menos, na construção de uma educação que viesse tirar o peso de 500 anos de exclusão social. Podem-se considerar povos do campo todos e todas que mantêm uma relação de intimidade com a terra: caboclos, peões, quilombolas, indígenas, roceiros, posseiros, sem terras, caipiras, assentados, acampados, agricultores, arrendatários e outros.

No Estado de Goiás, a política de educação esteve nas mãos da elite que está ligada à oligarquia rural, baseada nas experiências de famílias, como bem afirma Nasr Fayad Chaul (1998), em estudo sobre o coronelismo em Goiás. Ou seja, os grandes fazendeiros e famílias que mantêm sob seu poder grandes extensões territoriais de terra, os quais se podem denominar, sociologicamente, de latifúndios improdutivos, onde engordar gado é mais importante do que alimentar um ser humano. Por isso, no Estado de Goiás, sempre existiram conflitos de terra entre essa oligarquia rural de cunho coronelista com os milhões de sem-terra, pobres e excluí-

RESUMO

Este texto busca mostrar uma experiência concreta de educação no meio rural no Estado de Goiás a partir do referencial pedagógico da Alternância. Além de ser uma resposta às reais necessidades dos filhos/as dos agricultores/as, tal experiência se afirma como um projeto político de desenvolvimento sustentável na região, assim como uma proposta de educação diferenciada, alternativa e conscientizadora diante das políticas educacionais compensatórias adotadas pelo burocratismo estatal que impedem que tal experiência se estenda devido às práxis pedagógicas urbanocêntricas e bancárias.

Palavras-chave: Pedagogia da Alternância; EFAs; educação.

dos do acesso à terra.

Somente a partir dos anos 70 é que se inicia, com mais concretude, um processo de luta pela terra no Estado de Goiás. Foi a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), da Teologia da Libertação (apoio e conscientização da Igreja Católica) e da formação e fortalecimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) que, junto aos agricultores sem-terras, começou-se a sonhar com a tão esperada terra, para que se pudesse, então, trabalhar. Foi com esse espírito que, no decorrer dos anos até hoje, a luta pela terra no Estado de Goiás teve repercussão nacional e internacional. Neste sentido, a Igreja Católica de Goiás teve uma enorme participação, já que esteve, a partir dos anos 70, envolvida com os trabalhadores rurais e com suas lutas sociais.

A Diocese de Goiás, com mais de 30 anos de história, ajudou a construir sonhos e esperanças para as camadas mais pobres da sociedade, a partir de sua inserção pastoral por meio das pastorais e da luta pela justiça e pelos direitos dos que são considerados desclassificados da sociedade. Sonhos e esperanças que se identificam com a proposta do Evangelho, que é construir o Reino de Deus, ou seja, uma sociedade mais justa, solidária, fraterna e humana.

Precisa-se ainda salientar que a Diocese é uma parceira efetiva da Escola Família Agrícola de Goiás, estando sempre juntos na busca de recursos, nas reuniões com as autoridades federais, estaduais e municipais e no apoio ao método adotado, o que significa vida em abundância para todos. A educação também faz parte desta vida que, evan-

CENTROS FAMILIARES DE FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA - CEFFAs

EFAs	CFRS	ECRS
Enfatiza a formação escolar dos educandos/as a partir do regime seriado e regularizado junto às Secretarias Estaduais de Educação (SEE) possuindo também a formação técnica, tanto no Ensino Fundamental, bem como, de forma mais específica no Ensino Médio, onde se trabalha a Educação Profissional de Técnico em Agropecuária.	As CFRs têm como prioridade a formação técnica do educando/a. Diferencia-se das EFAs por adotar o regime de suplência. Existem casos do jovem permanecer duas semanas na Escola e uma semana na família. Por isso, em grande parte, a denominação de Casa Familiar Rural.	Estão localizadas no Norte do Espírito Santo (ES) e na Bahia. Possuem as mesmas características metodológicas das EFAs, no entanto, são grupos autônomos que estão ligados a movimentos sociais e eclesiais que pressionam o poder local para realizar a implantação e a aprovação da Pedagogia da Alternância, para que a experiência possa ter validade. Por isso, muitas experiências surgem com o apoio das prefeituras locais e do Governo do Estado.

Fonte: Nascimento, 2005: 46.

gelicamente, deve ser sinônimo de emancipação.

Origem e desenvolvimento das EFAs

A Escola Famílias Agrícolas (EFAs), juntamente, com as Casas Familiares Rurais (CFRs) e as Escolas Comunitárias Rurais (ECRs) surgiram como resposta à problemática da educação rural francesa. Ela tornou-se, com o passar dos anos, uma alternativa viável e promissora para os filhos dos camponeses que antes não viam possibilidades de oferecer um ensino formal aos seus filhos. Estes três modelos acima apresentados possuem suas respectivas diferenças, mas todas adotam como metodologia educacional a Pedagogia da Alternância.

Em 1935, diante da realidade camponesa que desafiava todos os setores da sociedade civil francesa, viu-se a necessidade de formar uma educação que respondesse ao cotidiano rural. Surge assim, a Pedagogia da Alternância. As "Maison Familiale Rural" nasceram da sensibilidade do Padre Abbé Granerau, que se viu com o desafio de responder ao clamor dos pobres filhos de agricultores de sua paróquia, os quais sentiam a dificuldade de dar continuidade aos estudos devido à distância e, principalmente, ao problema das escolas centralizarem, no espaço e na pedagogia, somente o universo valorativo urbano. A origem da Pedagogia da Alternância se encontra, assim, dialogicamente unida à estrutura eclesial o que se caracteriza até nossos dias.

No Brasil, as EFAs surgem a partir de 1969, com o Padre Humberto Pioto-grande, pertencente a Companhia de Jesus (jesuítas), que percebeu a necessidade da Pedagogia da Alternância no Espírito Santo, local da missão dos jesuítas, devido ao enorme êxodo rural e à mão-de-obra não qualificada da maioria dos migrantes alemães e italianos desta região (GIANORDI, 1980; PESSOTTI, 1978). Funda-se assim, o MEPES (Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo), com inspiração no modelo italiano que se denominava de Escolas Famílias Agrícolas. O Espírito Santo foi o berço das primeiras experiências concretas da Pedagogia da Alternância.

Segundo Nosella (1977: 129):

"O MEPES é uma entidade que tem por finalidade a promoção integral da pessoa humana. Gratuitamente promove a educação e desenvolve a cultura, através da ação comunitária, numa ampla atividade ao interesse da agricultura, e principalmente no que concerne à eleva-

ção do agricultor do ponto de vista religioso, intelectual, técnico, sanitário e econômico".

O surgimento do MEPES no Brasil, em 1969, é o marco inicial de uma experiência pedagógica que se apresenta como alternativa ao processo educacional implantado no meio rural brasileiro, mas alguns pontos se fazem necessária a reflexão. Assim como na França, com Abbé Greneau, o surgimento em território brasileiro é marcado pela presença da Igreja, especificamente, com a missão jesuítica no Espírito Santo, bem como em toda a região Nordeste. Estes dados de dialogia entre EFAs e Igreja não param por aí. Em quase todas as EFAs do Brasil, as origens remontam à participação de membros da Igreja no processo de implantação da proposta educacional, o que caracteriza uma vontade política por parte do clero e nem tanto por parte dos agricultores. Desde seu início em território francês, essa relação entre EFAs e Igreja causou enormes conflitos e concepções que se divergiam entre os atores políticos do processo.

Hoje, as Escolas Famílias Agrícolas encontram-se assim divididos nos Estados: São Paulo (01 EFA), Rio de Janeiro (04 EFAs), Minas Gerais (14 EFAs), Espírito Santo (23 EFAs), Bahia (33 EFAs), Sergipe (01 EFA), Ceará (01 EFA), Piauí (08 EFAs), Maranhão (10 EFAs), Pará (02 EFAs), Amapá (04 EFAs), Amazonas (01 EFA), Rondônia (04 EFAs), Tocantins (02 EFAs), Mato Grosso (01 EFA), Mato Grosso do Sul (02 EFAs) e Goiás (03 EFAs formadas e 01 em implantação)¹.

Cada EFA possui uma Associação que é a mantenedora do Centro Educativo. Por sua vez, as EFAs estão organizadas em nível Regional e Nacional. Nacionalmente, as EFAs estão organizadas em torno da UNEFAB (União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil), hoje com sede em Brasília - DF. Mundialmente, as EFAs estão organizadas em torno da AIMFR (Associação Internacional das *Maison Familiales Rurales*), que tem por objetivo representar as EFAs junto aos organismos supra-nacionais como a FAO e a ONU, assim como incentivar a Pedagogia da Alternância a partir das pesquisas junto às universidades do mundo inteiro. E, por fim, existem as Associações Regionais, dentre elas a AEFA-COT (Associação das Escolas Famílias Agrícolas do Centro-Oeste e Tocantins), a qual a Escola Família Agrícola de Goiás pertence.

A EFA de Goiás: rompendo as

cercas da educação bancária

Pode-se conferir o trabalho de Nascimento (2005) e Queiróz (1997), onde se mostra que a EFAGO surgiu para atender às necessidades dos assentados e pequenos proprietários de terra em proporcionar aos seus filhos uma educação que respondesse aos interesses, desafios e demandas de expectativas dos agricultores familiares, os quais lutam pela permanência na terra. Um dado preocupante nestes últimos anos diz respeito aos assentados dessa respectiva região que estão vendendo suas terras porque não possuem meios para permanecer nela. Falta conscientização, mas, além disso, faltam recursos, crédito, financiamento, alternativas de renda e capacitação dos agricultores. Neste sentido, a EFAGO pode contribuir para transformar este quadro desesperançoso em que se encontram os assentados da região de Goiás.

O objetivo das EFAs é proporcionar aos jovens do meio rural uma educação a partir da sua realidade, da sua vida familiar e comunitária e das suas atividades. Isso é possível através da Pedagogia da Alternância. Esse projeto educativo contribui para uma experiência pessoal, proporcionando uma base de informação, partindo sempre do concreto para o abstrato (método indutivo), do prático para o teórico, do contexto sócio-político, econômico e cultural, do local para o global. O partir da realidade não significa apenas método entre as quatro paredes das Escolas, mas uma opção política, um compromisso de transformação do meio e da sociedade como um todo.

A Escola Família Agrícola de Goiás surgiu diante da necessidade de uma educação rural voltada aos interesses dos agricultores recém-assentados na região de Goiás, principalmente nos municípios de Goiás e Itapirapuã. A década de 80 é o marco histórico das lutas sociais no campo em busca da terra prometida. A constituição dos primeiros assentamentos como Mosquito, Retiro Velho, Lavrinha e Rancho Grande, proporcionou a conquista da terra por parte dos agricultores sem-terras ao se realizar as desapropriações necessárias das grandes extensões de terra, os chamados latifúndios coronelistas da região de Goiás.

A história da EFA de Goiás se confunde com a história da luta pela terra em Goiás. Ao se conquistar a terra os agricultores perceberam a necessidade de outras lutas que se direcionavam para as questões da saúde, saneamento básico, crédito agrícola e, principalmente, a educação dos jovens. No entanto, os mesmos agricultores não viam outra alternativa, senão enviar seus filhos para

estudar em outras cidades que possuam escolas agrícolas, ou então, enviá-los para estudarem na cidade.

Vendo a urgência de uma educação específica aos filhos dos assentados e dos pequenos agricultores, o padre Felipe Ledett (*in memoriam*), monge beneditino do Mosteiro da Anunciação do Senhor na cidade de Goiás, de origem francesa, começou a fomentar em suas visitas pastorais às comunidades a idéia de uma educação alternativa e específica baseada na Pedagogia da Alternância, que poderia responder aos anseios dos agricultores. Percebemos aqui mais uma vez a participação da Igreja no processo.

Assim, iniciou-se a conversa e foram realizadas reuniões nas comunidades a fim de explicar o que seria a Pedagogia da Alternância e como poderia se desenvolver na região. Alguns jovens foram enviados ao Espírito Santo e ao Paraná, a fim de realizarem um estágio em que se pudesse verificar a metodologia, as especificidades e os objetivos das EFAs, bem como, visitas de estudo no Sul, a fim de verificar o andamento e a proposta de formação das CFRs. Em 1992, é fundada a Associação de Pais e Alunos da Escola Família Agrícola de Goiás, que teve por objetivo representar juridicamente a EFA e iniciar, posteriormente, a construção do local onde se estabeleceria a experiência educativa.

A Escola Família Agrícola de Goiás está localizada numa comunidade chamada Arraial do Ferreiro, perto do Sítio Paciência e ao lado do Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Serra Dourada. A distância entre a Escola e a cidade de Goiás é de aproximadamente 6 km, numa propriedade de 7.2 hectares de terra. Ela, hoje, também possui o título de posse por um período de 10 anos de outra área doada pelo INCRA, chamada FAMA, que será um local de experimentação das atividades agropecuárias da EFAGO.

Nas palavras de um agricultor assentado no P.A. (Projeto de Assentamento) Mosquito, percebe-se que o processo de implantação da Escola Família Agrícola de Goiás aconteceu por causa, principalmente, da vontade política da Associação e pela construção de uma proposta de educação que contemple as noções básicas das áreas de estudo.

"(...) nós discutíamos que tinha que ter uma educação que priorizasse o trabalho junto com a família porque assim o filho sai, estuda e tal e muito das vezes até forma em Escola Superior e não sabe nem falar bom dia, muito menos uma benção ou um abraço nos pais. Resultado aí, assim é...

nós fomos se aprofundando e discutindo que tinha que ter uma educação como nossos filhos, aonde ensinasse ele conviver e trabalhar na propriedade junto com a família, mas só isso não bastasse, que ensinasse também ele a conviver com a família com o pai, com a mãe, com os irmãos, porque era a verdadeira educação e aí é... junto com o Padre Felipe que já conhecia também essas Escolas Familiares, é... nos estados do sul ou até na própria França, foi o que nos ajudou muito pra fazer com nós é conseguimos essa educação pros nossos filhos e pra todos aqui na região". (Damásio Rodrigues da Silva).

De 1992 a 1994 foi o tempo de organização, reflexão, busca de recursos e o ato de entender melhor o trabalho das EFAs. Somente em 1994, inicia-se o ano letivo na EFAGO, em um prédio emprestado do Lar São José das Irmãs Dominicanas. Enquanto isso, o projeto foi aprovado pela SIMFR (Solidariedade Internacional das *Maison Familiales Rurales*) e teve início a construção do prédio da Escola em forma de mutirão.

A Escola iniciou suas atividades pelo Regime de Suplência, com dois anos e meio de estudo, em que só era permitido a entrada acima de 14 (quatorze) anos de idade, alternando dias de estudo na Escola e na Família. Em 1996, formou-se a 1ª turma de Suplência e começou a 1ª turma de Sistema Seriado Regular. Em 1997, formou-se a última turma de suplência. Depois, a pedido das famílias, continuou-se apenas com o seriado, pois a realidade foi mudando e muitos jovens que terminavam a 4ª série tinham 11 ou 12 anos de idade, sendo assim, muitos alunos estavam ficando fora da escola. Além disso, o objetivo principal da escola era a formação integral dos jovens, tanto no aspecto social, econômico, religioso, político, mas, sobretudo, formação técnica em agropecuária para os filhos de pequenos agricultores e assentados da região. Nesse sentido, dois anos e meio de estudo eram pouco para essa formação.

De 1994 até hoje, a EFA de Goiás já formou oito turmas de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e está no seu décimo ano de funcionamento. Neste ano, haverá a formatura da primeira turma do Ensino Médio.

O processo de ensino-aprendizagem na EFAGO é realizado através da Pedagogia da Alternância, ou seja, a alternância na família/comunidade e escola. Não existe ensino, se não existe as

condições de aprendizagem, que por sua vez estão relacionados com as condições de vida, de saúde e de afetividade. A vida do aluno e a sua realidade constituem o eixo do processo ensino-aprendizagem na EFA.

A Pedagogia da Alternância proporciona dias de estudo na família e na escola, seguindo este caminho:

■ *Primeiro lugar*: a vida do aluno/a no meio familiar, comunitário e profissional, convívio, trabalho, observação e pesquisa.

■ *Segundo lugar*: Na EFA surge a reflexão, questionamentos, análises, sínteses, aprofundamentos e generalizações.

■ *Terceiro lugar*: a vida do aluno/a no seu meio, experiências e novas pesquisas, observações e questionamentos. A vida do aluno/a é um eixo do processo ensino-aprendizagem.

A Pedagogia da Alternância baseia-se num método científico. Observar, ver, descrever, refletir, analisar, julgar e experimentar, agir ou questionar (através dos Planos de Estudos na família, comunidade ou na escola), procurar responder às questões (através das aulas, palestras, visitas, pesquisas, estágios) e experimentar (fazer experimentar em casa a partir do aprofundamento). Este método está implícito na proposta de Jean Piaget, "*fazer pra compreender*", ou seja, primeiro praticar, para depois teorizar sobre a prática. O princípio é que a vida ensina mais que a escola, por isso, o centro do processo ensino-aprendizagem é o aluno e a sua realidade. A experiência sócio-profissional se torna ponto de partida no processo de ensinar e, também, ponto de chegada, pois o método da alternância constitui-se no tripé ação – reflexão – ação – ou prática – teoria – prática. A teoria está sempre em função de melhorar a qualidade de vida.

Alternância significa o processo de ensino-aprendizagem que acontece em espaços e territórios diferenciados e alternados. O primeiro é o espaço familiar e a comunidade de origem (realidade); em segundo, a escola onde o educando partilha os diversos saberes que possui com os outros atores e reflete sobre eles em base científicas (reflexão); e, por fim, retorna-se a família e a comunidade a fim de continuar a práxis (prática + teoria) seja na comunidade, na propriedade (atividades de técnicas agrícolas) ou na inserção em determinados movimentos sociais.

Para colocar em prática esta metodologia que parte do concreto para o abstrato, a Pedagogia da Alternância utiliza-se das seguintes ferramentas ou atividades: Plano de Estudo (PE), Colocação em Comum (CC), Caderno da Rea-

lidade (CR), Fichas Didáticas, Visitas de Estudos, Intervenções Externas, Caderno de Acompanhamento, Experiências, Visitas às Famílias, Projeto profissional do jovem e Avaliação. Dessa forma, os Instrumentos Pedagógicos da Alternância são específicos e de suma importância para pôr em ação o Plano de Formação na EFA.

Na visão de Nascimento (2005), um dos principais objetivos da EFAGO, além de educar e aprender, é "recolocar o rural e a educação que a ele se vincula, na agenda política do país" (*Conferência Por Uma Educação Básica do Campo*, 1998: 22) e o desafio é o de "pensar e fazer uma educação vinculada às estratégias de desenvolvimento" (idem, 1998: 23). O intuito é o de incluir² na pauta de reflexão do PNE (Plano Nacional de Educação), bem como no Plano Estadual de Educação a proposta de se fomentar uma educação básica do campo tendo como uma das alternativas, a saber; a Pedagogia da Alternância. Por isso, a EFA é interpelada a construir um ideário pedagógico que nunca se feche em si mesmo, nem mesmo se torne pronto e acabado. Precisa-se pensar a escola do campo como movimento de transformação da realidade.

O tesouro da EFAGO e das EFAs espalhadas pelo Brasil são os instrumentos pedagógicos da Alternância. Na verdade, a EFAGO e as EFAs realizam a educação nas três dimensões possíveis, que são: a educação formal (escola), a educação não-formal (práticas educativas realizadas na comunidade e na sociedade) e a educação informal (família).

Segundo Gohn (2001: 100), a família é caracterizada como espaço de *educação informal* que acontece "nos processos espontâneos ou naturais, ainda que seja carregada de valores e representações, como é o caso da educação familiar". A educação não formal se dá na "intencionalidade de dados sujeitos em criar ou buscar determinadas qualidades e/ou objetivos". Neste sentido, a educação não formal está presente no bairro-associação, nas organizações, nos movimentos sociais, nas igrejas, nos sindicatos, nos partidos políticos e nas ONGs.

A Escola Família Agrícola de Goiás tem como objetivo orientar o jovem para uma formação que permita viver dignamente como filhos de pequenos agricultores. Esta formação e orientação se dão em três níveis:

■ De 5ª a 8ª série (2º Ciclo) do Ensino Fundamental – As prioridades na formação dos jovens estão voltadas para a motivação do seu crescimento humano e intelectual no resgate de suas raízes sócio-culturais e o des-

pertar para sua vocação profissional.

■ Ensino Médio – visa a reforçar e aprofundar a orientação profissional formando os jovens para desenvolver suas propriedades, bem como, habilitando-os para o mercado de trabalho voltado para sua realidade.

■ Educação Profissional – Curso Técnico: Habilitação em Agropecuária – tem como proposta capacitar profissionalmente os jovens para suprir as demandas de assistência técnica em agropecuária nas comunidades rurais local e regionais. Curso Básico nas áreas voltadas para a Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Rural Sustentável – a intenção destes cursos como cooperativismo, associativismo e outros nas áreas técnicas, bem como, cursos voltados para a formação humana ainda não estão totalmente implantados. É uma proposta da EFAGO. Estes cursos visam o fortalecimento das cooperativas de assentamentos e dos pequenos agricultores/as a fim de que possam estar se formando numa perspectiva de trabalho coletivo voltado para o melhor desenvolvimento da Agricultura Familiar Camponesa, assumindo os princípios da sustentabilidade.

Em 2003, tal experiência expandiu-se atingindo cerca de 19 municípios na região de Goiás promovendo certas transformações no dia-a-dia da escola. Hoje, o número de alunos atingiu a faixa de 150 alunos, divididos entre o ensino fundamental e o médio profissionalizante em técnico em agropecuária. Tais alunos são provenientes dos seguintes municípios: Goiás, Itaberaí, Faina, Araguapaz, Mozarlândia, Itapirapuã, Jussara, Montes Claros, Goiânia, Ceres, Itapuranga, Novo Brasil, Mossâmedes, Sanderlândia, Buriti de Goiás, Britânia, Heitorá, Matrinchá e Paraúna.

Os problemas e os processos de educação que estão acontecendo como forma de resistência pedagógica cultural simbolizam que um movimento se constrói a fim de minimizar as investidas de hegemonia dominante que se baseia no lucro, na eficácia, nos discursos da qualidade total e na busca pelo capital. Hoje, para ser é necessário ter. Ter acesso ao mercado, ao consumo, ao status. Isto significa que o homem se reduziu ao poder de compra. A educação é uma forma de se conseguir alcançar tais objetivos sinistros.

As resistências não significam que se quer o antagonismo dessa hegemonia em prática, mas, a busca por uma sociedade mais justa, fraterna e humanizada, apesar de que tais termos sejam usados como verbetes pelo lado oposto das resistências. O importante

é perceber que existem alternativas de educação acontecendo. E aqui entende educação não somente como espaço escolar, mas como práticas de transformação e de recriação da cultura (FREIRE, 1987; GOHN, 2001 e NASCIMENTO, 2005). A resposta mais adequada que se poderia dar para a existência desses movimentos contra-hegemônicos como a Escola Família Agrícola de Goiás seria a partir do questionamento levantado no último *Fórum Social Mundial*: "Um outro mundo é possível?".

Autor

1 Filósofo. Mestre em Educação/UNICAMP. Membro da Rede Movimentos Sociais (REDEMS). Professor da Faculdade Dehoniana em Taubaté – SP. Contato: prof.claudemiro@uol.com.br

Notas

- 1 As Escolas Famílias Agrícolas localizadas no Estado de Goiás se encontram nos municípios de Goiás, Orizona e Uirapuru (início das atividades em 2004). Existe uma EFA em implantação no entorno de Brasília – DF, no município de Padre Bernardo – GO.
- 2 A inclusão social pode se efetivar a partir da educação, mas não somente pela educação. A educação deve estar presente no debate conjunto de ações políticas, econômicas e culturais. Deve-se tomar cuidado para não se cair na falácia histórica a respeito da educação que por si só não pode impedir o êxodo rural e muito menos a concentração da propriedade privada. Cometer-se-ia, novamente, uma falácia ao indicar a educação como salvadora dos problemas sociais existentes. Seria atribuir à educação um papel extremamente redentor que irá solucionar todos os males da humanidade.

Referências bibliográficas

- CHAUL, Nairs Fayad (Coord.). *Coronelismo em Goiás: estudo de casos e famílias*. Goiânia: Mestrado em História/UFG/Kelps, 1998.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª. Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GIOANORDOLI, Regina Lúcia. *Nova perspectiva para a Educação Rural: Pedagogia da Alternância*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FE/PUC-RJ, 1980.
- GOHN, Maria da Glória. *Educação Não-Formal e Cultura Política*. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2001.
- LEITE, Sérgio Celani. *Escola Rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999.
- NASCIMENTO, C. G. *A Educação Camponesa como espaço de resistência e recriação da cultura: um estudo sobre as concepções e práticas educativas da Escola Família Agrícola de Goiás – EFAGO*. Dissertação de Mestrado (Educação). Campinas: FE/Unicamp, 2005.
- NOSELLA, Paulo. *Uma nova educação para o meio rural*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FE/PUC-SP, 1977.
- PESSOTI, Alda L. *Escola Família Agrícola: uma alternativa para o ensino Rural*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.
- QUEIROZ, João Batista P. *O processo de implantação da Escola Família Agrícola (EFA) de Goiás*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: FE/UFG, 1997.
- VV.AA. *Por uma educação básica do Campo*. Texto-Base da Conferência Nacional. Brasília, UNB, 1998.